

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

Sexta-feira, 28 de Dezembro de 2001

II

Série

Número 136

4.º Suplemento

Sumário

SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANO E FINANÇAS E DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

Portaria n.º 179-D/2001

Aprova o Regulamento de Tarifas da Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A..

SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANO E FINANÇAS E DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES**Portaria n.º 179-D/2001**

O Regulamento de Tarifas da Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. tem sido revisto anualmente de modo a ajustar os seus valores aos custos económicos dos serviços prestados.

Dada a necessidade de se proceder a uma actualização dos valores das referidas taxas, aproveitou-se ainda a oportunidade para proceder a algumas alterações e ajustamentos em diversos procedimentos.

Assim, considerando a necessidade de compilar num único diploma o Regulamento de Tarifas da Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., justifica-se a publicação de uma nova portaria e a consequente revogação da Portaria n.º 5/2000, de 31 de Janeiro, que aprovou em anexo o Regulamento de Tarifas da Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A..

Assim, manda o Governo Regional da Madeira, pelos Secretários Regionais do Plano e Finanças e do Equipamento Social e Transportes, ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 200/98, de 10 de Julho, conjugado com a alínea e) do artigo 40.º e alínea d) do artigo 69.º, ambos da Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto, o seguinte:

1.º - É aprovado o Regulamento de Tarifas da Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

2.º - É revogada a Portaria n.º 5/2000, de 31 de Janeiro.

3.º - A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2002.

Assinada em 27 de Dezembro de 2001.

O SECRETÁRIO REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS, José Manuel Ventura Garcês

O SECRETÁRIO REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES, Luis Manuel dos Santos Costa

ANEXO I
REGULAMENTO DE TARIFAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º
ÂMBITO DE APLICAÇÃO

A Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., adiante designada por APRAM, S.A., cobrará dentro da sua área de jurisdição, pela utilização das suas instalações e equipamentos, pelo fornecimento de bens e prestação de serviços, uso de terrenos e terraplenos relativos à exploração económica dos seus portos, terminais e cais, as taxas previstas no presente Regulamento.

ARTIGO 2.º
COMPETÊNCIAS

Sem prejuízo das situações previstas no presente Regulamento ou em legislação especial, compete ao Conselho de Administração da APRAM, S.A., deliberar, nomeadamente, sobre:

- a) Resolução de casos omissos e esclarecimentos de dúvidas na interpretação do presente Regulamento;
- b) Reduções e isenções de taxas, para além das previstas no presente Regulamento, desde que devidamente fundamentadas;
- c) Prestação de serviços mediante ajuste prévio;
- d) Prestação de serviços fora da zona de jurisdição portuária;
- e) Serviços prestados em operações de salvamento, assistência a embarcações em perigo, incêndios a bordo e outros da mesma natureza;
- f) Exigibilidade de pagamento antecipado de tarifas e/ou garantia prévia do seu pagamento;
- g) Propor a actualização de taxas.

ARTIGO 3.º
UTILIZAÇÃO DE PESSOAL

- 1 - Salvo disposição expressa em contrário, as tarifas incluem sempre o custo de utilização do pessoal indispensável à execução do serviço e a ele afecto pela APRAM, S.A.
- 2 - Quando for utilizado pessoal para além do previsto no número anterior, será aplicada a tarifa de mão-de-obra prevista no n.º 2.1 do artigo 45.º

ARTIGO 4.º
UNIDADES DE MEDIDA

- 1 - Para efeitos de aplicação das taxas previstas neste Regulamento, as unidades de medida são indivisíveis, salvo disposição em contrário, considerando-se o arredondamento por excesso.
- 2 - As unidades de medida aplicáveis são as seguintes:
 - a) Quantidade: unidade de carga;
 - b) Massa ou deslocamento: tonelada métrica;
 - c) Volume: metro cúbico;
 - d) Área: metro quadrado;
 - e) Comprimento: metro linear;
 - f) Tempo: hora, dia, mês e ano;
 - g) Arqueação dos navios ou embarcações: GT
- 3 - Para efeitos da aplicação das taxas, a GT, o comprimento fora a fora e a boca de sinal das embarcações e navios são os constantes da ficha de identificação do navio correspondentes ao seu número IMO.
- 4 - Para avaliação do peso da carga classificada como geral, graneis, unidades de veículos ou contentores, são bastantes os manifestos de carga a fornecer obrigatoriamente pelos agentes do respectivo navio, ficando aqueles sujeitos à rectificação ou confirmação resultante do controlo pela báscula da APRAM, S.A. ou dos serviços de cais que, em caso de divergência, prevalecerá sobre o peso ou unidade declarado em manifesto.
- 5 - As medições directas efectuadas pela Autoridade Portuária, ou por outras entidades por ela reconhecidas, prevalecem sobre as declaradas.

ARTIGO 5.º
REQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

- 1 - A prestação de serviços, fornecimentos, aluguer de materiais e equipamentos e a realização de operações é precedida de requisição escrita, a efectuar pelos meios e nos termos definidos no Regulamento de Exploração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A..

- 2 - Quando, por motivos de força maior e devidamente justificados, a prestação de serviços, fornecimentos, aluguer de materiais ou equipamentos e a realização de operações, não tiver sido precedida de requisição escrita, o utente deve confirmá-lo, por escrito, no prazo de 24 horas.
- 3 - A requisição dos serviços a navios será feita nos Serviços de Coordenação da APRAM, S.A. e em impresso próprio integralmente preenchido, nos seguintes termos e condições:
- 3.1 - Os avisos de chegada deverão dar entrada até às 12 horas do dia útil anterior à chegada do navio;
- 3.2 - Os avisos da hora de saída do navio deverão dar entrada:
- a) Nos dias úteis e durante o período normal de funcionamento do Porto, até 2 horas de antecedência;
- b) Nos dias úteis e fora do período normal de funcionamento do Porto:
- b1) Se a saída do navio se efectuar até às 24 horas, o aviso de saída deverá dar entrada até às 16 horas desse mesmo dia;
- b2) Se a saída do navio se efectuar entre as 00 horas e as 08 horas, o aviso de saída deverá dar entrada até às 16 horas do dia anterior à saída do navio.
- c) Aos sábados, domingos e feriados e dias admitidos como tal, os avisos de saída deverão dar entrada até às 16 horas do dia anterior à saída do navio.
- 3.3 - Após a recepção dos avisos de chegada e dos avisos de saída o Serviço de Coordenação da APRAM, S.A. comunicará por escrito ao agente/armador a aceitação do serviço por parte da APRAM, S.A., de acordo com o tráfego previsto e em articulação com o Regulamento de Exploração da APRAM, S.A..
- 3.4 - O agente/armador deverá então comunicar ao Serviço de Coordenação da APRAM, S.A., por escrito, a sua confirmação do serviço, sob pena de não lhe ser garantida a prestação do serviço previamente solicitado.
- 4 - Qualquer serviço a navio que seja requisitado sem cumprimento dos prazos fixados no número três será acrescido de uma sobretaxa de 100% em todos os serviços requisitados.
- 5 - Cumulativamente com o estabelecido no número anterior poderá ainda aplicar-se, consoante os casos, o estipulado nos artigos 6.º, 23.º, 24.º, 29.º, 30.º, 33.º e 34.º do presente regulamento.
- 6 - Considera-se cancelada automaticamente a requisição do serviço que, por razões estranhas aos serviços da APRAM, S.A., não tenha sido iniciado uma hora depois da hora para que o serviço foi requisitado, sendo então devido o pagamento integral de todos os serviços requisitados.
- 7 - A responsabilidade pelo pagamento das taxas será imputada ao requisitante excepto nos casos previstos no número seguinte.
- 8 - Será da responsabilidade do navio as taxas resultantes de requisições efectuadas pelos pilotos da APRAM, S.A. no âmbito das suas funções.

ARTIGO 6.º
ALTERAÇÕES AOS SERVIÇOS REQUISITADOS

- 1 - Todas as alterações aos serviços requisitados estão sujeitas à aplicação de uma taxa fixada da seguinte forma:
- a) Pela 1.ª alteração será cobrada a taxa de 24,9399€;
- b) Pela 2.ª alteração e seguintes será cobrada uma taxa de 74,8197€ por cada alteração.

ARTIGO 7.º
COBRANÇA DE TAXAS

- 1 - As taxas serão cobradas imediatamente após a prestação dos serviços, salvo se outro procedimento for determinado pela APRAM, S.A..
- 2 - A cobrança de taxas poderá ser confiada a outras entidades, em condições a fixar pela APRAM, S.A..
- 3 - A APRAM, S.A., sempre que o entenda conveniente para salvaguarda dos seus interesses, poderá exigir a cobrança antecipada das tarifas, no todo ou em parte, ou que seja previamente assegurado por garantia bancária o pagamento de quaisquer quantias que lhe possam vir a ser devidas e resultantes da aplicação das tarifas.

ARTIGO 8.º
RECLAMAÇÃO DE FACTURAS

- 1 - As reclamações de facturas terão de ser apresentadas dentro do prazo nela indicado.
- 2 - A reclamação do valor de uma factura, desde que apresentada dentro do prazo nela indicado, suspenderá o pagamento na parcela ou parcelas objecto de reclamação, ficando o montante restante sujeito a cobrança dentro do referido prazo de pagamento.
- 3 - Expirado o prazo previsto para pagamento de uma factura serão cobrados juros de mora à taxa legal.
- 4 - Em caso de indeferimento da reclamação, às importâncias reclamadas serão acrescidos os juros de mora à taxa legal a contar da data limite estabelecida para o pagamento da factura.
- 5 - Em caso de cobrança coerciva será debitada uma importância mínima, a fixar pela APRAM, S.A., que acrescerá à importância da factura, para execução contenciosa.

ARTIGO 9.º
HORÁRIO NORMAL DE FUNCIONAMENTO DO PORTO

- 1 - As taxas estabelecidas no presente regulamento são reportadas sempre ao horário normal de funcionamento do Porto, salvo nos casos especificados neste Regulamento.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, é considerado horário normal de funcionamento do porto, de segunda a sexta-feira, desde que dias úteis:
- a) das 08.00 às 12.00 horas;
- b) das 13.00 às 17.00 horas.

ARTIGO 10.º
PENALIDADES

Sempre que os utentes prestem falsas ou inexactas declarações nos elementos fornecidos à APRAM, S.A. será

estabelecida uma penalidade, que será graduada entre 250 € e 2.500 €, a fixar caso a caso pelo Conselho de Administração da APRAM, S.A.

CAPÍTULO II
USO DO PORTO

ARTIGO 11.º
TARIFADE USO DO PORTO

- 1 - A tarifa de uso do porto, adiante designada por TUP, é devida pela disponibilidade e uso dos sistemas relativos à entrada, estacionamento e saída de navios, à operação de navios, cargas e passageiros, à segurança e à conservação do ambiente.
- 2 - A TUP integra duas componentes, sendo uma aplicável aos navios e embarcações, adiante designada por TUP/Navio, e outra aplicável à carga, adiante designada por TUP/Carga, nos seguintes termos:
 - a) A TUP/Navio é aplicada a todos os navios e embarcações que entrem na zona do porto, incluindo os de tráfego local ou costeiro, pesca, marítimo-turística, recreio e rebocadores com arqueação bruta superior a 10 GT;
 - b) A TUP/Carga é aplicada por tonelada ou unidade de carga em correspondência com as categorias ou tipos de carga.

ARTIGO 12.º
TUP/NAVIO COM BASE NA ARQUEAÇÃO
BRUTA (GT) E VARIÁVEL TEMPO (T)

- 1 - A TUP a cobrar aos navios e embarcações é calculada por unidade de arqueação bruta (GT), por período indivisível de 24 horas e por tipo de navio, de acordo com o quadro seguinte:

Tipo de embarcação ou navio	1.º Período de 24 horas ou fracção	Períodos seguintes de 24 horas ou fracções
Navios de Passageiros	0,0574 €	0,0274 €
Restantes Embarcações (não contempladas no número dois).	0,1072 €	0,0424 €

- 2 - ATUP/navio aplicável às embarcações de tráfego local ou costeiro, de recreio e afectas à actividade marítimo-turística, será a seguinte:
 - a) Embarcações de tráfego local ou costeiro - 0,5088 € por unidade de raiz quadrada da arqueação bruta (GT) e por período indivisível de vinte e quatro horas;
 - b) Embarcações de recreio e marítimo-turísticas que não utilizem os locais que lhes são especificamente destinados - 0,1023 € por metro quadrado de área ocupada (boca x comprimento) e por período indivisível de vinte e quatro horas.
- 3 - Para efeitos de aplicação da TUP/Navio, a contagem de tempo inicia-se e termina, respectivamente, quando o navio entra e sai das águas dos portos sob jurisdição da APRAM, S.A..
- 4 - Considera-se que a embarcação entra e sai das águas do Porto do Funchal quando ultrapassa a linha das três milhas de largura ao longo da costa, delimitada pela Ponta do Garajau a nascente e a Ribeira dos Socorridos a poente.
- 5 - Considera-se que a embarcação entra e sai das águas do Porto do Porto Santo quando ultrapassa a linha das três milhas de largura ao longo da costa, delimitada pelo Ilhéu de Cima a nascente e o Ilhéu de Baixo a poente.

- 6 - Considera-se que a embarcação entra e sai das águas do Terminal Marítimo do Caniçal quando ultrapassa a linha das três milhas de largura ao longo da costa, delimitada pelo Ilhéu de Fora a nascente e o farol do Pico do Facho a poente.

ARTIGO 13.º
ISENÇÕES

- 1 - Estão isentas da TUP/navio as seguintes embarcações ou navios, desde que o requeiram por escrito:
 - a) Os navios-hospitais;
 - b) Os navios da Armada Portuguesa e os navios da armada de países estrangeiros, desde que em visita oficial ou que ostentem pavilhão de país que conceda igual tratamento aos navios da Armada Portuguesa;
 - c) As embarcações em missão científica, cultural ou benemérita, com interesse regional;
 - d) As embarcações que arribem ao porto exclusivamente para desembarcar doentes ou mortos, náufragos, tripulantes ou passageiros em perigo de vida ou que precisem de ser socorridos, não fazendo outra operação de serviço e durante o tempo estritamente necessário para o efeito;
 - e) Os rebocadores e equipamentos flutuantes ao serviço do porto;
 - f) As embarcações de tráfego local, bem como as de pesca costeira, de arqueação igual ou inferior a 10 GT.
 - g) As lanchas e os rebocadores nacionais, exclusivamente utilizados em interesses da Região Autónoma da Madeira.
- 2 - Estão dispensadas do procedimento a que se refere o n.º 1 as embarcações do Estado.
- 3 - Todas as embarcações em viagem de cruzeiro que escalem o Porto do Porto Santo estão isentas do pagamento de TUP/navio naquele porto, desde que também façam escala, antes ou depois, no Porto do Funchal.
- 4 - Estão ainda isentos os navios afectos ao transporte marítimo de passageiros e mercadorias inter-ilhas, nos termos do contrato de concessão do serviço público de transporte regular de passageiros e mercadorias por via marítima entre o Funchal e o Porto Santo.

ARTIGO 14.º
REDUÇÕES

- 1 - Sem prejuízo das isenções previstas no artigo 13.º, a TUP/navio será reduzida em 50% sempre que se verifique uma das seguintes situações:
 - a) As embarcações que entrem no porto exclusivamente para meter combustível, lubrificantes, sobressalentes, mudança de tripulação, mantimentos e água, durante as primeiras 24 horas;
 - b) As embarcações que entrem e saiam do porto sem terem acostado ao cais;
 - c) As embarcações acostadas por fora de outras;
 - d) As embarcações arribadas, durante as primeiras 24 horas;
 - e) As embarcações encarregadas de missões científicas;
 - f) As embarcações de tráfego local bem como as de pesca costeira, de arqueação superior a 10 GT;

- g) As embarcações que acostem às obras construídas por entidades privadas para realização de operações no exclusivo interesse dessas entidades.
- 2 - As taxas estabelecidas no artigo 12.º sofrerão uma redução de 40% para as embarcações de carga, após a 4.ª escala no respectivo Porto no mesmo ano civil;
- 3 - Os operadores cujas embarcações escalem o Porto do Funchal ou o Porto do Porto Santo, em viagens de cruzeiro, beneficiarão das reduções previstas na tabela constante do anexo II, desde que se encontrem preenchidos qualquer um dos indicadores referidos.
- 4 - Para efeitos do disposto no número anterior, o operador apenas beneficia da redução correspondente ao indicador mais favorável, não sendo as reduções previstas para cada indicador acumuláveis entre si.
- 5 - Os itens de cada indicador são acumuláveis nos 365 dias de calendário anteriores à data da escala, passando de seguida a contagem para zero.
- 6 - Os operadores cujas embarcações escalem o Porto do Funchal ou o Porto do Porto Santo, em viagens de cruzeiro, no período compreendido entre 1 de Junho e 31 de Agosto, beneficiarão, para além das reduções previstas no número 3, de uma redução adicional de 15% na TUP/navio.
- 7 - Excepcionalmente, e até à conclusão do molhe de protecção, os navios que escalem o Terminal Marítimo do Caniçal e que transportem carga para unidades instaladas na Zona Franca Industrial, beneficiam de uma redução de 50%, não sendo esta redução cumulativa com as previstas nos n.ºs 1, 2, 3 e 6 deste artigo.

ARTIGO 15.º
SOBRETAXA

- 1 - A TUP/navio será acrescida de uma sobretaxa sempre que se verifique uma das seguintes situações:
- A todas as embarcações que ultrapassem os prazos fixados nas alíneas a) e d) do n.º1 do artigo 14.º;
 - Às embarcações que não efectuem a saída 2 horas após terminarem as operações de carga/descarga dos navios;
 - Às embarcações que não efectuem a saída 2 horas após o tempo estimado de saída dos navios de passageiros.
- 2 - A sobretaxa a que se refere o número anterior será calculada por unidade de arqueação bruta (GT) e por hora indivisível, de acordo com o quadro seguinte:

Da 1.ª à 5.ª hora.....0,0100€
A partir da 6.ª hora inclusivé.....0,0224€

ARTIGO 16.º
TUP/CARGA

(dentro do horário normal de funcionamento do porto)

- 1 - A TUP/carga é calculada tendo em conta a categoria e os tipos de carga de, acordo com o quadro seguinte:

Categoria e tipo de carga	Unidade	Embarque/ Desembarque	Baldeação
Carga Geral	Tonelada (indivisível)	5,0079 €	0,8879 €
Graneis Líquidos	Tonelada (indivisível)	3,9904 €	-
Graneis Sólidos:	Tonelada (indivisível)	3,9904 €	-
Veículos pesados com peso superior a 12 toneladas	Tonelada (indivisível)	5,4469 €	0,9677 €
Veículos ligeiros ou pesados até 12 toneladas	Veículo	68,5498 €	12,1607 €
Flat's agrupadas em módulos de 5	Contentor	17,2883 €	-
Contentor até 20' cheio	Contentor	63,8461 €	11,3277 €
Contentor superior a 20' cheio	Contentor	100,4379 €	11,3277 €
Contentor até 20' vazio	Contentor	17,2883 €	11,3277 €
Contentor superior a 20' vazio	Contentor	18,9493 €	11,3277 €
Contentores até 20' cheio com banana, vinho, vime ou bordado.	Contentor	21,3136 €	-
Contentor superior a 20' cheio com banana, vinho, vime ou bordado.	Contentor	24,1368 €	-

- 2 - Exceptuam-se do número anterior:
- Os graneis sólidos e líquidos, sempre que sejam utilizadas infra-estruturas portuárias de uso privativo, que estão sujeitos à taxa de 0,5188€ por tonelada indivisível.
 - Os graneis sólidos descarregados no Cais da Ribeira Brava e no Porto Novo, que estão sujeitos à taxa de 0,5537€ por metro cúbico.
- 3 - Entende-se por baldeação a remoção de mercadorias vindas a cais e voltando a embarcar na mesma escala do navio.
- 4 - Fora do horário normal de funcionamento do porto serão cobradas as taxas fixadas no artigo 17.º.

ARTIGO 17.º
TUP/CARGA

(fora do horário normal de funcionamento do porto)

- 1 - Fora do horário normal de funcionamento do Porto, às taxas fixadas no artigo 16.º acresce a taxa de mão de obra a que se refere a alínea b) do n.º 2.1 do artigo 45.º fixada nos seguintes termos:
- Dias úteis - entre as 12.00 horas e as 13.00 horas, entre as 20.00 horas e as 21.00 horas;
 - Dias úteis - entre as 00.00 horas e as 8.00 horas (em prolongamento do segundo turno);
 - Sábados, domingos, feriados ou dias admitidos como tal - entre as 00.00 horas e as 24.00 horas.

ARTIGO 18.º
ISENÇÕES

Estão isentas da TUP/carga:

- Os volumes de mão e as bagagens de peso inferior a 30 kg, os automóveis e as embarcações de recreio que acompanhem passageiros;
- As malas e volumes de correio, cheios ou vazios;
- As velas, palamentas, redes e aparelhos de pesca pertencentes a embarcações de recreio e de pesca;
- Os combustíveis, lubrificantes, mantimentos e sobressalentes para uso próprio das embarcações e navios;
- Os semi-reboques e mafis utilizados em tráfego roll on roll off;

- f) O material científico destinado a embarcações de missões científicas e os materiais utilizados por entidades oficiais na instalação ou conservação de sinalizações a seu cargo;
- g) As cargas comprovadamente destinadas a instituições de beneficência e caixões ou urnas funerárias com despojos humanos.

ARTIGO 19.º
REDUÇÕES

Excepcionalmente, e até à conclusão do molhe de protecção, as cargas destinadas às unidades fabris implantadas na Zona Franca Industrial que sejam descarregadas no Terminal Marítimo do Caniçal, beneficiam de uma redução de 50% na TUP/carga.

ARTIGO 20.º
FUNDEADOURO

- 1 - A tarifa de fundeadoiro é devida pelo uso de fundeadoiro.
- 2 - A todas as embarcações ou navios que utilizem o fundeadoiro será aplicada a taxa referida no artigo 12.º, com uma redução de 50%.

CAPÍTULO III
PILOTAGEM

ARTIGO 21.º
TARIFADE PILOTAGEM

- 1 - A tarifa de pilotagem é devida pelos serviços prestados ao navio pelas componentes dos sistemas de pilotagem de navios em manobras, à entrada, saída e no interior do porto ou vizinhança, incluindo a sua disponibilidade e uso.
- 2 - As taxas do serviço de pilotagem são as seguintes:
 - a) Taxa de pilotagem de entrada;
 - b) Taxa de pilotagem de saída;
 - c) Taxa de pilotagem de serviço de mudanças ou de fundear e suspender, dentro ou fora do porto;
 - d) Taxa de pilotagem de serviço de experiências, dentro ou fora do porto;
 - e) Taxa de pilotagem de serviço de correr ao longo do cais ou de outras estruturas de atracação;
 - f) Taxa de pilotagem por serviço à ordem das embarcações.

ARTIGO 22.º
VALOR DAS TAXAS DE PILOTAGEM

- 1 - O valor das taxas de pilotagem é calculado por manobra, segundo a seguinte fórmula:

$$T = C_n \times UP \times GT,$$

Em que:

T = Valor da taxa em euros;
 C_n = Coeficiente específico para cada tipo de serviço a efectuar;
 UP = Valor da unidade de pilotagem;
 GT = Unidades de arqueação bruta da embarcação.

- 2 - Para efeitos de aplicação da fórmula do número anterior, estabelece-se que:
 - a) Os coeficientes (C_n) a aplicar nos Portos da Região Autónoma da Madeira são os que constam no quadro seguinte:

Porto/Terminal	Taxas de serviço de entrada ou de saída	Taxas de serviço de mudança ou de fundear e suspender ou de experiências	Taxas de serviço de correr ao longo do cais ou de outras estruturas de amarração
Funchal e Porto Santo	1,1	1,0	0,4
Socorridos, Caniçal e Praia Formosa	1,2	1,0	0,4

- b) A unidade de pilotagem (UP) é fixada em 5,0977€;
- c) Para os navios de guerra, o valor de GT é substituído pelo valor da tonelagem de deslocamento máximo.

- 3 - Às manobras que excedam uma hora será cobrada uma taxa adicional, por hora indivisível, de 30,5863€.
- 4 - Para efeitos de aplicação da tarifa de pilotagem, a contagem do tempo de manobra inicia-se no momento em que o piloto chega ao local da prestação do serviço ou desde a hora para que foi requisitado, se o navio chegar posteriormente a essa hora, e termina no momento em que finalize as operações.
- 5 - Considera-se pilotagem à ordem quando o serviço requisitado não se inicie 30 minutos após a hora prevista para o mesmo.
- 6 - A taxa de serviço de pilotagem à ordem das embarcações é de 50,9771€ por hora indivisível.
- 7 - Quando as embarcações não possuam propulsão própria as taxas constantes dos números anteriores sofrerão um agravamento de 20%.
- 8 - O material e equipamento afecto ao serviço de pilotagem poderá ser utilizado nos termos e condições a fixar pela APRAM, S.A..

ARTIGO 23.º
CANCELAMENTO

Se o serviço de pilotagem for cancelado, com comunicação à APRAM, S.A., fora dos prazos estabelecidos no n.º 3 do artigo 5.º, será aplicada 75% da taxa de pilotagem.

ARTIGO 24.º
ALTERAÇÃO

Cumulativamente com o estabelecido no artigo 6.º, se o serviço for alterado sem cumprimento dos prazos estipulados no n.º 3 do artigo 5.º, será a tarifa de pilotagem acrescida de 25%.

ARTIGO 25.º
REDUÇÕES

- As taxas de pilotagem serão reduzidas:
- a) De 50% para as taxas previstas na alínea a) a e) do n.º 2 do artigo 21.º, nos casos seguintes:
 - 1) Navios da armada nacional e unidades auxiliares da Marinha, quando requisitem o serviço;
 - 2) Navios que escalem o porto exclusivamente para embarcar combustíveis, mantimentos e fazer aguada;
 - 3) Os navios de cruzeiros.
 - b) De 30% para as taxas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 21.º, quando se trate de embarcações registadas nos tráfegos costeiro e de cabotagem nacional.

ARTIGO 26.º
ISENÇÕES

Estão isentas de pagamento de taxas de pilotagem:

- a) As embarcações que arribem ao porto exclusivamente para desembarcar doentes ou mortos, náufragos, tripulantes ou passageiros em perigo de vida ou que precisem de ser socorridos, não fazendo outra operação de serviço e durante o tempo estritamente necessário para o efeito;
- b) As embarcações propriedade de entidades que prossigam interesses públicos dignos de protecção especial.
- c) Embarcações de recreio até 200 GT, desde que não utilizem os serviços de pilotagem.

CAPÍTULO IV
REBOQUEARTIGO 27.º
TARIFADE REBOQUE

- 1 - A tarifa de reboque é devida pelos serviços prestados às embarcações e navios nas manobras de entrar e atracar ou fundear, largar ou suspender e sair, mudanças, experiências, fundear ou suspender e correr ao longo do cais e de outras estruturas de atracação.
- 2 - A tarifa de reboque é de 0,0125 € por GT e por hora indivisível.
- 3 - As tarifas previstas no número anterior sofrerão um agravamento de 100% nos seguintes termos:
 - a) Dias úteis, no período compreendido entre as 12.00 horas e as 13.00 horas e entre as 17.00 horas e as 08.00 horas;
 - b) Aos sábados, domingos e feriados ou dias admitidos como tal.
- 4 - Caso a embarcação ou navio utilize o cabo de rebocador será devida a taxa de 21,9222€.
- 5 - Os serviços que excedam uma hora serão cobrados por períodos de hora indivisível de acordo com as taxas do n.º 2.
- 6 - Pela utilização de rebocadores em outras operações não referidas no número um, bem como nos períodos à ordem, aplicam-se as taxas estabelecidas no número um do artigo 43.º do presente Regulamento.
- 7 - Considera-se reboque à ordem quando o serviço para o qual o reboque foi requisitado não se inicie 30 minutos após a hora prevista para o mesmo.

ARTIGO 28.º
CONTAGEM DO TEMPO

- 1 - Para efeitos de aplicação da tarifa de reboque, a contagem do tempo inicia-se no momento em que o equipamento chega ao local da prestação do serviço ou desde a hora para que foi requisitado, se o navio chegar posteriormente a essa hora, e termina no momento em que finalize as operações.
- 2 - A contagem de tempo poderá ser interrompida por motivos operacionais reconhecidos pela autoridade portuária.

ARTIGO 29.º
CANCELAMENTO

Se o serviço de reboque for cancelado, com comunicação à APRAM, S.A., fora dos prazos estabelecidos no n.º 3 do artigo 5.º, será aplicada 75% da taxa de reboque.

ARTIGO 30.º
ALTERAÇÃO

Cumulativamente com o estabelecido no artigo 6.º, se o serviço for alterado sem cumprimento dos prazos estipulados no n.º 3 do artigo 5.º, será a tarifa de reboque acrescida de 25%.

CAPÍTULO V
AMARRAÇÃO E DESAMARRAÇÃOARTIGO 31.º
TARIFADE AMARRAÇÃO E DESAMARRAÇÃO

- 1 - A tarifa de amarração e desamarração é devida pelos serviços prestados ao navio pelas componentes dos sistemas relativos a operação de navios, nomeadamente amarração e desamarração, passagem e substituição de cabos, montagem ou colaboração na colocação de acessos a navios e lanchas de amarração, incluindo a sua disponibilidade e uso.
- 2 - Os serviços previstos nesta tarifa são: o serviço de amarrar e desamarrear e o serviço de correr ao longo do cais.
- 3 - A tarifa referida no número anterior é calculada por operação e por hora indivisível, sendo cobrada a taxa de 196,6710€.
- 4 - Considera-se amarração e desamarração à ordem quando o serviço requisitado não se inicie 30 minutos após a hora prevista para o mesmo.
- 5 - A tarifa de amarração e desamarração à ordem das embarcações é de 74,8197€ por hora indivisível.
- 6 - Nas mudanças determinadas pela Autoridade Portuária a tarifa referida no número três será reduzida em 50%.
- 7 - As tarifas previstas nos números três e cinco sofrerão um agravamento de 100% nos seguintes termos:
 - a) Dias úteis, no período compreendido entre as 12.00 horas e as 13.00 horas e entre as 17.00 horas e as 08.00 horas;
 - b) Aos sábados, domingos e feriados ou dias admitidos como tal.
- 8 - O serviço de amarração e desamarração é obrigatório para todos os navios.

ARTIGO 32.º
CONTAGEM DO TEMPO

Para efeitos de aplicação da tarifa de amarração e desamarração, a contagem do tempo inicia-se no momento em que o pessoal chega ao local da prestação do serviço ou desde a hora para que foi requisitado, se o navio chegar posteriormente a essa hora, e termina no momento em que finalize as operações.

ARTIGO 33.º
CANCELAMENTO

Se o serviço de amarração e desamarração for cancelado, com comunicação à APRAM, S.A., fora dos prazos estabelecidos no n.º 3 do artigo 5.º, será aplicada 75% da taxa de amarração e desamarração.

ARTIGO 34.º
ALTERAÇÃO

Cumulativamente com o estabelecido no artigo 6.º, se o serviço for alterado sem cumprimento dos prazos estipulados no n.º 3 do artigo 5.º, será a tarifa de amarração e desamarração acrescida de 25%.

CAPÍTULO VI
PASSAGEIROSARTIGO 35.º
TRÁFEGO DE PASSAGEIROS

- 1 - Pela disponibilidade e uso de sistemas relativos ao tráfego de passageiros, incluindo o uso das infraestruturas portuárias, uso de passadiços e sua colocação e retirada, bem como o desembarque ou embarque e o tráfego de bagagens de camarote, é devida a tarifa de tráfego de passageiros.
- 2 - Pela utilização das infraestruturas portuárias é devida, por passageiro, a taxa de 5,2374€.
- 3 - Os passageiros em trânsito estão isentos do pagamento de taxa.

CAPÍTULO VII
ARMAZENAGEMARTIGO 36.º
TARIFADE ARMAZENAGEM

- 1 - A tarifa de armazenagem é devida pelos serviços prestados à carga, designadamente pela ocupação de espaços descobertos e cobertos, armazéns e depósitos.
- 2 - As cargas que permaneçam depositadas em atrelados, ou em quaisquer outros veículos que as transportem, estão sujeitas à tarifa de armazenagem regulamentar correspondente à área ocupada pelos atrelados ou veículos, durante o período em que estas permaneçam dentro das áreas portuárias.
- 3 - Salvo disposição em contrário, para efeitos de aplicação desta tarifa, a contagem de tempo inicia-se no dia da ocupação do espaço e termina no dia em que aquele fica livre das cargas ou veículos, considerando-se o tempo seguido em caso de transferência de local de armazenagem.
- 4 - As taxas estabelecidas nos artigos seguintes incidem sobre a totalidade do espaço ocupado, podendo ser fixados pela APRAM, S.A. áreas, volumes e pesos mínimos para efeitos de facturação.

ARTIGO 37.º
ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS
CLASSIFICADAS COMO CARGA GERAL

- 1 - Pela ocupação temporária dos molhes ou terraplenos do porto, com mercadorias depositadas a descoberto e classificadas como carga geral, será cobrada por metro quadrado e por dia indivisível, a seguinte taxa de armazenagem:
 - a) Mercadoria levantada até ao terceiro dia útil:
 - a)1 No primeiro dia útil.....grátis;
 - a)2 Do segundo ao terceiro dia útil0,3061€;

- b) Mercadoria levantada após o terceiro dia útil:
 - b)1 Do primeiro ao décimo dia útil0,7482€;
 - b)2 Do décimo primeiro ao trigésimo dia.....5,0000€;
 - b)3 Além do trigésimo dia.....10,0000€.
 Na aplicação das taxas previstas nas alíneas b)2 e b)3 contam-se os dias úteis, sábados, domingos, feriados e dias admitidos como tais.

- 2 - Pela ocupação temporária dos molhes ou terraplenos do porto com mercadorias depositadas a coberto e classificadas como carga geral, será cobrada a taxa estabelecida no número anterior, multiplicada por 2.0, tendo como referência a medida de volume, e não a medida de superfície.
- 3 - As mercadorias que permaneçam depositadas em veículos que as transportam, ficam sujeitas ao pagamento das taxas de armazenagem estabelecidas nos números anteriores pelo espaço que ocupam.
- 4 - Pela ocupação temporária de terraplenos do porto por veículos desembarcados ou a embarcar, serão cobradas, por unidade e por dia indivisível, as seguintes taxas:

LIGEIROS

- a) Veículos levantados até ao terceiro dia útil:
 - a)1 No primeiro dia útil.....grátis;
 - a)2 Do segundo ao terceiro dia útil9,9760€;
- b) Veículos levantados após o terceiro dia útil:
 - b)1 Do primeiro ao décimo dia útil13, 2181€;
 - b)2 Do décimo primeiro ao trigésimo dia.....17,1586€;
 - b)3 Além do trigésimo dia.....21,0792€.
 Na aplicação das taxas previstas nas alíneas b)2 e b)3 contam-se os dias úteis, sábados, domingos, feriados e dias admitidos como tais.

PESADOS

- a) Veículos levantados até ao terceiro dia útil:
 - a)1 No primeiro dia útil.....grátis;
 - a)2 Do segundo ao terceiro dia útil11,4724€;
- b) Veículos levantados após o terceiro dia útil:
 - b)1 Do primeiro ao décimo dia útil17,1586€;
 - b)2 Do décimo primeiro ao trigésimo dia.....21,0792€;
 - b)3 Além do trigésimo dia.....28,9403€.
 Na aplicação das taxas previstas nas alíneas b)2 e b)3 contam-se os dias úteis, sábados, domingos, feriados e dias admitidos como tais.

- 5 - Para efeitos de aplicação da taxa de armazenagem prevista nos números anteriores, a contagem de tempo começa a partir das 00.00 horas do dia que se segue à descarga da mercadoria, ou à sua entrada no recinto portuário, e termina no dia da saída ou do seu embarque.

- 6 - As taxas referidas nos números anteriores serão reduzidas de 70% no caso do Porto do Porto Santo.

ARTIGO 38.º
ARMAZENAGEM DE CONTENTORES

- 1 - Pela ocupação temporária dos terminais ou terraplenos com contentores carregados, será cobrada por T.E.U. e por dia indivisível a seguinte taxa de armazenagem:

- a) Contentores levantados até ao nono dia útil:
- a)1 Do primeiro ao segundo dia útilgrátis;
- a)2 Do terceiro ao nono dia útil9,8413€ ;
- b) Contentores levantados após o nono dia útil:
- b)1 Do primeiro ao vigésimo primeiro dia23,3637€ ;
- b)2 Do vigésimo segundo ao vigésimo nono dia36,6018€ ;
- b)3 Do trigésimo ao trigésimo sétimo dia50,2389€ ;
- b)4 Do trigésimo oitavo ao quadragésimo quinto dia...63,4720€ ;
- b)5 Além do quadragésimo quinto dia.....120,1355€ ;
- c) Exceptuam-se do disposto na alínea a) os contentores ao abrigo do regime POSEIMA, aos quais serão cobradas as seguintes taxas.
- c)1 Do primeiro ao quarto dia útil...grátis;
- c)2 Do quinto ao nono dia útil.9,8413€ .
Na aplicação das taxas previstas na alínea b) contam-se os dias úteis, sábados, domingos, feriados e dias admitidos como tais.
- 2 - Se a pedido dos interessados, os contentores carregados forem transferidos do local de armazenagem para desconsolidação, dentro da área do porto para o efeito designada, serão cobradas por essa ocupação, para além da taxa fixada no n.º 1, a taxa de 54,0348€ ; e por T.E.U. por cada dia útil de desconsolidação.
- 3 - Após a desconsolidação, aos contentores movimentados serão aplicadas as taxas correspondentes à sua nova situação.
- 4 - Pela ocupação temporária dos terminais ou terraplenos com flats vazias, agrupadas em módulos, até um máximo de cinco, será cobrada por módulo e por dia indivisível a taxa de armazenagem prevista no número 5.
- 5 - Pela ocupação temporária dos terminais ou terraplenos com contentores vazios, será cobrada por T.E.U. e por dia indivisível a seguinte taxa de armazenagem:
- a) Contentores levantados até ao oitavo dia útil.....grátis;
- b) Contentores levantados após o oitavo dia útil:
- b)1 Do primeiro ao terceiro dia.....2,2945€ ;
- b)2 Do quarto ao trigésimo dia.....2,6835€ ;
- b)3 Do trigésimo primeiro ao quadragésimo quinto dia.....3,0925€ ;
- b)4 Além do quadragésimo quinto dia.....4,3445€ ;
Na aplicação das taxas previstas na alínea b) contam-se os dias úteis, sábados, domingos, feriados e dias admitidos como tais.
- 6 - Se a pedido dos interessados os contentores vazios forem transferidos do local de armazenagem para consolidação, dentro da área do porto para o efeito designada, serão cobradas por essa ocupação, para além da taxa fixada no n.º 5, a taxa de 54,0348€ por cada dia útil de consolidação.
- 7 - Após a consolidação, aos contentores movimentados serão aplicadas as taxas correspondentes à sua nova situação.
- 8 - As taxas fixadas nos números anteriores são referidas à unidade T.E.U. (unidade equivalente a um contentor de 20').
- 9 - Para efeitos de aplicação da taxa de armazenagem de contentores, a contagem de tempo começa a partir das 00.00 horas do dia que se segue à descarga do contentor, ou à sua entrada no recinto portuário, e termina no dia da saída ou do seu embarque.
- 10 - As taxas referidas nos números anteriores serão reduzidas em 70% no caso da armazenagem ser no Porto do Porto Santo.

ARTIGO 39.º
ARMAZENAGEM DE CONTENTORES
VAZIOS - CARREIRA REGULARES

- 1 - As taxas fixadas no artigo 38.º não se aplicam à ocupação dos terminais ou terraplenos com contentores vazios pertencentes a armadores que efectuem carreiras regulares para a R.A.M., que ficam sujeitos ao disposto nos números seguintes.
- 2 - Pela ocupação dos terminais ou terraplenos com contentores vazios pertencentes a armadores que efectuem carreiras regulares para a R.A.M., não será devida qualquer taxa de armazenagem, desde que o número de contentores estacionados não ultrapasse os 80 TEU'S/dia entre escalas, iniciando-se a contagem no dia imediato ao fim das operações de carga e terminando às 00.00 horas do penúltimo dia útil anterior ao fim das operações de carga da seguinte escala do navio.
- 3 - Por cada contentor vazio, para além do limite estabelecido no número 2, será cobrada por T.E.U. a taxa de 2,56€/dia.
- 4 - Para efeitos do disposto neste artigo, entende-se que um armador efectua carreiras regulares para a R.A.M. quando realiza um mínimo de 45 escalas nos portos da R.A.M., ou mais por ano, tomando por referência o ano civil anterior.
- 5 - Caso o armador não tenha efectuado as 45 escalas por ano previstas, e já tenha beneficiado da bonificação prevista no número 2 deste articulado, serão recalculadas as taxas de estacionamento conforme dispõe o artigo 38.º.

CAPÍTULO VIII
MERCADORIAREGIONAL

ARTIGO 40.º
MERCADORIAREGIONALCONTENTORIZADA E
CLASSIFICADA COMO CARGA GERAL

- 1 - Para efeitos do disposto nos números seguintes, considera-se mercadoria regional aquela que é proveniente ou destinada a outro porto sob jurisdição da APRAM, S.A. (inter-ilhas).
- 2 - O uso do porto por mercadoria regional contentorizada e classificada como carga geral está isento do pagamento de TUP/carga.
- 3 - A mercadoria regional contentorizada e classificada como carga geral está isenta de taxa de armazenagem, quando a isenção seja requerida com a antecedência mínima de 48 horas, nos seguintes termos e condições:

- a) Contentor até 20' e mercadoria classificada como carga geral- até 8 dias inclusivé;
b) Contentor superior a 20' - até 15 dias, inclusivé.

3.1 - Acontagem do tempo começa a partir das 00:00 horas do dia que se segue à descarga da mercadoria, ou à sua entrada no recinto portuário, e termina no dia da saída ou do seu embarque.

3.2 - Em caso de inobservância do estipulado no número três, serão aplicadas as respectivas taxas de armazenagem previstas no presente Regulamento.

ARTIGO 41.º

TAXAS DE OPERAÇÃO FORADO HORÁRIO
NORMAL DE FUNCIONAMENTO DO PORTO

Pelo uso do porto fora do horário normal de funcionamento, serão cobradas em:

- a) Dias úteis - entre as 12.00 horas e as 13.00 horas e entre as 17.00 horas e as 08.00 horas as taxas estabelecidas neste Regulamento para o tipo de equipamento que intervenha na operação e a sobretaxa de mão-de-obra fixada na alínea b) no n.º 2.1 do artigo 45.º.
b) Sábados, domingos e feriados e dias admitidos como tais - entre as 00.00 horas e as 24.00 horas as taxas estabelecidas neste Regulamento para o tipo de equipamento que intervenha na operação e a sobretaxa de mão-de-obra fixada na alínea b) no n.º 2.1 do artigo 45.º.

CAPÍTULO IX
USO DE EQUIPAMENTO

ARTIGO 42.º

TARIFADE USO DE EQUIPAMENTO

- 1 - Atarifa de uso de equipamento é devida pelos serviços prestados à carga ou ao navio, pela utilização de equipamentos de manobra e transporte marítimo, manobra e transporte terrestre, de movimentação de contentores em terminais especializados e outro equipamento de apoio ao movimento de navios, cargas e passageiros no porto.
2 - Para efeitos de aplicação desta tarifa, a contagem de tempo inicia-se no momento em que o equipamento é colocado à disposição do requisitante e termina no final do período para que foi requisitado.

ARTIGO 43.º

EQUIPAMENTO DE MANOBRAE TRANSPORTE MARÍTIMO

- 1 - Pelo uso de equipamento de manobra e transporte marítimo em operações portuárias e fora das áreas portuárias, bem como das instalações e estruturas afectas a este equipamento, são devidas, por unidade e por hora indivisível, segundo o tipo, as seguintes taxas:

Tipo de equipamento	Escudos
Rebocador.....	116,3197€;
Lancha	40,9762€

- 2 - Fora do período normal de funcionamento do porto serão cobradas as taxas fixadas no número anterior, acrescidas das sobretaxas referentes à mão-de-obra estabelecidas na alínea b) no n.º 2.1 do artigo 45.º.
3 - Pelo uso de rebocador fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 27.º e do n.º 1 do artigo 43.º será aplicada a tarifa que for fixada caso a caso pelo Conselho de Administração da APRAM, S.A..

ARTIGO 44.º

EQUIPAMENTO DE MANOBRAE TRANSPORTE TERRESTRE

- 1 - Pelo uso de equipamento de manobra e transporte terrestre são devidas, por hora indivisível e por equipamento as taxas seguintes:

TIPO DE EQUIPAMENTO	HORA
Guindastes de via:	
Mais de 3 a 5 toneladas.....	21,5700€

Guindastes automóveis:	
Até 20 toneladas.....	29,8800€

Empilhadores e gruas:	
Até 3 toneladas.....	10,8400€
Mais de 6 a 12 toneladas.....	25,1000€
Tractores:.....	21,4100€
Atrilados:.....	7,2800€

- 2 - Travelift: Pela operação de colocação a seco e lançamento à água das embarcações serão cobradas, por classes, as seguintes taxas:

Classe I	
De 30 até 50 toneladas	
de descolamento	218,3887€;
Classe II	
De 51 até 110 toneladas	
de deslocamento	301,5832€;
Classe III	
De 111 até 200 toneladas	
de deslocamento	384,7777€;
Classe IV	
De 201 até 300 toneladas	
de deslocamento	467,9722€;

- 3 - Fora do período normal de funcionamento do porto serão cobradas as taxas fixadas no número anterior, acrescidas das sobretaxas referentes à mão de obra estabelecidas na alínea b) do n.º 2.1 do artigo 45.º

CAPÍTULO X
FORNECIMENTOS

ARTIGO 45.º

TARIFADE FORNECIMENTOS

- 1 - Atarifa de fornecimentos é devida pelo fornecimento de recursos humanos e de bens consumíveis, incluindo o serviço inerente à natureza de cada fornecimento aos utilizadores do porto.

- 2 - Por cada tipo de fornecimento são devidas taxas em função da natureza e quantidade dos bens fornecidos, de acordo com os números seguintes:

- 2.1 - Sempre que for utilizado pessoal operacional para além do previsto no n.º 1 do artigo 3.º, bem como todas as remições feitas neste Regulamento a taxas referentes a mão-de-obra serão aplicadas as seguintes taxas:
- No horário normal de funcionamento será aplicada a taxa de 14,9639€; por homem e por hora indivisível;
 - Fora do horário normal de funcionamento será aplicada a taxa de 39,9038 €; por homem e por hora indivisível.

- 2.2 - Energia eléctrica:

- a) Fornecimento de energia eléctrica:
 - a)1 A contentores frigoríficos: será cobrada por hora indivisível a taxa de 1,6959 €, à qual acresce a taxa unitária de 9,4772€; correspondente à sua ligação à rede.
 - a)2 Outros fins: será cobrada a taxa de 0,2743 € por KW, com um mínimo cobrável de 10KW.
- b) Pelo aluguer de contador é cobrada a taxa de 13,4775 €;

2.3 - Água potável:

- a) Fornecimento de água potável: pelo fornecimento de água potável será cobrada a taxa de 1,0475 € por m³, com um mínimo cobrável de 10 m³.
- b) Aluguer de contadores:
 - À navegação: por cada aluguer 13,4775€.
 - Outros fins: por cada aluguer 2,4940 € por mês.
- c) Está isento do pagamento da taxa fixada na alínea a), até ao limite de 200 toneladas, o fornecimento de água às embarcações de passageiros em viagens de recreio e no Porto do Funchal, sendo devida taxa a partir daquele limite

CAPÍTULO XI

USO DE EDIFICAÇÕES, INSTALAÇÕES, TERRAPLENOS, TERRENOS E AFIXAÇÃO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS

ARTIGO 46.º

USO DE EDIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES

- 1 - Pelo uso de edificações ou de instalações fixas ou amovíveis, é devida mensalmente e por metro quadrado a taxa de 21,8473 €, com um mínimo de cobrança de 185,6276€.
- 2 - Pelo uso de instalações do Centro de Animação Turística Artesanal do Porto do Funchal, por agentes de navegação, será devida a taxa mensal de 21,8473€/m².
- 3 - Pelo utilização de espaços no Centro de Animação Turística Artesanal do Funchal, destinados à instalação dos serviços da Alfândega do Funchal, Capitania do Porto do Funchal, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Guarda Nacional Republicana e demais entidades governamentais, não será devida taxa.

ARTIGO 47.º

USO DE TERRAPLENOS E TERRENOS

- 1 - Pelo uso de terrenos e terraplenos na zona portuária, de expansão portuária e terrenos marginais destinados a edificações ou a instalações fixas e/ou amovíveis para exercício de actividades comerciais ou industriais, será devida mensalmente e por metro quadrado a taxa de 7,8012€, com um mínimo de cobrança de 77,9970€.
- 2 - Pelo uso de terrenos na zona portuária destinados ao estacionamento e manutenção de equipamentos afectos às operações portuárias e pertencentes a empresas de estiva devidamente licenciadas, cujos custos de adaptação e manutenção sejam da responsabilidade destas, é devida, mensalmente e por metro quadrado, uma taxa de 1,0425€, com um mínimo de cobrança de 509,7715€.

- 3 - Pelo uso privativo de terrenos para esplanadas na Marina do Funchal e no Porto do Porto Santo, será devida, por metro quadrado, a taxa mensal de 3,2572€.
- 4 - Pelo uso de terrenos na zona portuária para estacionamento de embarcações ou equipamentos será cobrada a taxa mensal de 7,6466 €/m² ou a taxa quinzenal de 4,2398€/m².
- 5 - Para efeitos do disposto no número anterior a área é calculada pelo produto do comprimento pela boca.

ARTIGO 48.º

MENSAGENS PUBLICITÁRIAS

- 1 - Pela afixação ou colocação de mensagens publicitárias em qualquer área de jurisdição da APRAM, S.A. é devida mensalmente uma taxa cujo valor é estabelecido por unidade de superfície (metros quadrados ou fracção) na qual se inclui a estrutura de afixação do suporte publicitário.
- 2 - Os valores mensais a cobrar, de acordo com o referido no número anterior são os seguintes:
 - a) 9,0133 € por metro quadrado (m²), se for amovível (bandeira, faixa e outros);
 - b) 14,3205€ por metro quadrado (m²), se for fixo e sem iluminação própria;
 - c) 19,0890 € por metro quadrado (m²), se tiver iluminação própria ou indirecta.
- 3 - No caso da mensagem publicitária se situar fora da área licenciada acresce ao valor definido no número anterior o montante correspondente à área de ocupação da projecção horizontal ao solo do suporte publicitário, conforme definido no n.º 1 do artigo 47.º.
- 4 - Se a mensagem publicitária contiver referências a marcas ou produtos, além do nome dos estabelecimentos, serão os valores calculados com base no n.º 2 e 3 agravados para o quíntuplo.

CAPÍTULO XII

FORNECIMENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS

ARTIGO 49.º

FORNECIMENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS

- 1 - Pela pesagem de mercadorias nas básculas da APRAM, S.A. são devidas as taxas a seguir estabelecidas:
 - a) Mercadorias de e para navios - 7,4820 € acrescido de 2,4940€ por cada 10 toneladas ou fracção;
 - b) Outras - 12,5000€, acrescido de 5,00 € por cada 10 toneladas ou fracção.
- 2 - Pelo fornecimento e prestação de serviços a seguir indicados, são devidas as seguintes taxas:
 - a) Fotocópias - 0,2544€/unidade;
 - b) Encerados - 7,6466€/dia;
 - c) Baldes - 12,7443€/dia;
 - d) Contentores de lixo - 8,1553€/dia;
 - e) Gerador eléctrico ou máquina de soldar - 30,5863€/hora;
 - f) Máquina de lavar de alta pressão - 33,1351 €/hora;
 - g) Pranchas de Portaló - 63,8262€/unidade, e será acrescida da taxa fixada na alínea b) do n.º 2.1 do artigo 45.º sempre que a sua colocação ou retirada tiver lugar fora do período normal de funcionamento do porto.

ANEXO II
(tabela de redução de taxas portuárias)

Número de Passageiros	Escalas	GT	TUP/Navio	Taxa de Amarração e Desamarração
Até 2 000	Até 5	Até 20 000	-	-
Entre 2 001 e 10 000	6 a 10	20 001 a 100 000	20%	-
Entre 10 001 e 20 000	11 a 20	100 001 a 300 000	40%	20%
» 20 000	» 20	» 300.001	60%	50%

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria-Geral da Presidência do Governo Regional da Madeira.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda2 892\$00, cada	€ 14,432 892\$00;
Duas laudas3 136\$00, cada	€ 31,286 272\$00;
Três laudas5 141\$00, cada	€ 76,9315 423\$00;
Quatro laudas5 472\$00, cada	€ 109,1821 888\$00;
Cinco laudas5 690\$00, cada	€ 141,9128 450\$00;
Seis ou mais laudas6 896\$00, cada	€ 206,3841 376\$00.

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0.27 - 55\$00.

ASSINATURAS

	Anual		Semestral	
Uma Série	€ 23.39	4 689\$00	€ 12,02	2 410\$00
Duas Séries	€ 45.04	9 030\$00	€ 22,52	4 515\$00
Três Séries	€ 54.99	11 025\$00	€ 27,50	5 513\$00
Completa	€ 64.42	12 915\$00	€ 32,47	6 510\$00

Aestes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 118-A/00, de 22 de Dezembro) e o imposto devido.